

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DE
2021/11/29

ATA N.º 02



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

1

ATA N.º 2/2021

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2021, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Extraordinária, no Cine Teatro-Avenida, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- Ponto 1** - Discussão e votação da proposta de “Declaração de Interesse Público. Instalação de uma Central Fotovoltaica. “Lugar de Cabeço do Capochinho ou Folha da Lardosa - Alcains”.
(Proposta n.º. 1/2021)
- Ponto 2** - Discussão e votação da proposta de “Declaração de Interesse Público. Instalação de um Parque Solar Fotovoltaico “FONTEMULA” - Castelo Branco”. (Proposta n.º. 2/2021)
- Ponto 3** - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa de IMI para o ano 2022”. (Proposta n.º. 3/2021)
- Ponto 4** - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis. Dedução Fixa por números de Dependentes”. (Proposta n.º. 4/2021)
- Ponto 5** - Discussão e votação da proposta de “Participação Variável no IRS – Definição da Percentagem de IRS a cobrar nos rendimentos de 2022”. (Proposta n.º. 5/2021)
- Ponto 6** - Apreciação e votação da proposta de “Lei das Comunicações Eletrónicas. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%, para o ano de 2022”.
(Proposta n.º 6/2021)
- Ponto 7** – Designação de um Presidente de Junta/União de Freguesias para participar no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Ponto 8** – Designação de um Presidente de Junta/União de Freguesia para integrar o Concelho Cinegético Municipal.
- Ponto 9** – Designação até dois representantes das freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios.
- Ponto 10** – Designação de um representante das Juntas/Uniões de Freguesias para integrar a Comissão de Proteção Civil.
- Ponto 11** – Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Beira Baixa.
- Ponto 12** – Designação de um membro de cada partido ou Grupo de Cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal para integrar a composição do Conselho Municipal de Juventude.
- Ponto 13** – Designação de um Presidente de Junta/União de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal, em representação das Juntas/Uniões de Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Educação.
- Ponto 14** - Designação de quatro elementos para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco.
- Ponto 15** – Indicação, por parte da Assembleia Municipal, de um elemento para integrar a Comissão Consultiva para Acompanhamento da Revisão do PDM de Castelo Branco.
- Ponto 16** - Criação de uma Comissão para revisão/alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Castelo Branco.
- 16.1** – Suspensão do Anexo I do atual Regimento (Distribuição do tempo de intervenção no “Período antes da Ordem do dia)
- 16.2** – Proposta de formato provisório do Anexo 1 (Distribuição do tempo de intervenção no “Período antes da Ordem do dia)
- Ponto 17** – Intervenções
- 17.1** Representante dos Agrupamentos
- 17.1.1** Representante do MPT



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

17.1.2 Representante do CHEGA

17.1.3 Representante do PSD

17.1.4 Representante do SEMPRE – Movimento Independente

17.1.5 Representante do PS

17.2 Presidente da Câmara Municipal.

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Maria Cristina Vicente Pires Granada (em substituição de Fernandes Manuel Raposo), Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, João Nuno Marques Carvalhinho, Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milene Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas Silva, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens Conceição Batista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Fernando Manuel Raposo e Jorge Manuel Ferreirinho Diogo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal - Em nome da Mesa, formulo votos de bom trabalho para todos, sempre numa perspetiva intransigente da defesa dos interesses dos albicastrenses, que nos elegeram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Que saibamos ser dignos do mandato que em nós foi atribuído pelos eleitores do concelho de Castelo Branco.

Solicito ao 1º Secretário da Assembleia Municipal, Carlos Mingacho, que seja feita a verificação de presenças.

Informo ainda que a receção na Mesa da Assembleia Municipal de documentação dos deputados seja encaminhada para a 2ª Secretária, Celeste Rodrigues.

Está verificada a existência de quórum. Estão presentes 40 deputados municipais.

Vamos então formalmente dar início à Assembleia.

No que respeita à organização e funcionamento da Assembleia Municipal, pretendo previamente comunicar o seguinte:

Foi enviado a todos os deputados o Regimento da Assembleia Municipal em vigor.

Importante que seja do conhecimento de todos e que seja, por todos, respeitado.

A Assembleia Municipal é um espaço de democracia e diversidade, mas onde deve imperar o respeito pessoal entre todos.

A Mesa, independentemente de querer praticar uma atitude de independência perante todos os membros do Órgão, pretende também que haja regras claras, não abdicando nunca do exercício das suas competências, sendo o garante do cumprimento do Regimento.

A Mesa pretende colocar em prática uma plataforma tecnológica de gestão web da Assembleia.

Esta solução que conjuga o know-how técnico com a experiência autárquica, apresenta uma solução web (website e plataforma de gestão) pensada para colocar a inovação e a tecnologia ao serviço da Assembleia Municipal, como espaço de afirmação da cidadania, da informação e da transparência.

Nas condições extraordinárias que vivemos nos dias de hoje, em contexto de pandemia, urge pensar novas soluções digitais que permitam à Assembleia Municipal desenvolver uma política de proximidade com os cidadãos, bem como uma gestão de processos eficiente, com recurso a ferramentas digitais, como é o caso do registo de presenças, cronómetro, desmaterialização documental ou registo de votações.

A empresa que desenvolveu a plataforma chama-se Noop com sede em Tomar e já tem contrato com a nossa Autarquia, com diversas potencialidades, das quais apenas a função Cronómetro está em funcionamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Para além dessa função, há outros aspetos que podem dar uma característica de mais agilidade e modernidade à gestão da Assembleia Municipal.

- Comunicação com Deputados
- Desmaterialização Documental
- Gestão de Sessões
- Registo de Presenças
- Registo de Votações

No que respeita às virtualidades do website associado à plataforma, o mesmo permite apresentar e sistematizar os seguintes itens:

- o Atividade da Assembleia
- o Contacto
- o Deliberações e Votações
- o Informação Institucional
- o Informação de Sessões
- o Integração de Transmissão Online
- o Notícias
- o Participação do Cidadão
- o Partilha nas Redes Sociais

Nesta perspetiva, depois de ter sido apresentada a ideia na Comissão Permanente da Assembleia Municipal fica, para já, também a intenção formalizada perante o plenário da Assembleia.

Por consequência, para um contacto mais aprofundado com o software, brevemente serão promovidas sessões de formação para todos os deputados municipais.

Hoje está prevista uma sessão fotográfica para que todos tenham fotos com formato uniformizado.

É nossa intenção que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal composta pela Mesa da Assembleia Municipal mais os líderes dos Grupos Municipais, tenha um funcionamento regular e frequente.

Depois das questões prévias, passemos a notas mais operacionais:

Solicito a entrega na Mesa dos seguintes documentos:

- Constituição dos Agrupamentos parlamentares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Identificação dos líderes parlamentares.

Ponto 1 - Discussão e votação da proposta de “Declaração de Interesse Público. Instalação de uma Central Fotovoltaica. “Lugar de Cabeço do Capochinho ou Folha da Lardosa - Alcains”. (Proposta nº. 1/2021)

Luis Alfredo Cardoso Resende (DPOUP) – É uma situação que vem recorrentemente à Assembleia Municipal e que tem a ver com unidades industriais em espaços rurais.

Existem determinados tipos de indústrias que exploram recursos locais e que faz todo o sentido que sejam instaladas perto da fonte de matéria prima. É o caso, por exemplo, de indústrias de energia solar que produzem energia e que faz todo o sentido que sejam instaladas numa zona rural e não numa zona urbana porque não precisam de grandes infraestruturas para desenvolver a sua atividade.

Portanto, neste caso, no nosso PDM está previsto nos seus artigos números 52º e 57º este tipo de instalações, em termos do ordenamento do território é uma faculdade que o PDM permite, mas ressalvou que tinham que ter a aprovação prévia da Assembleia Municipal sobre este tipo de Indústrias, ou seja, há sempre uma reserva que é a decisão política dos membros da Assembleia Municipal, a entidade competente para o declarar. Portanto, neste caso, estamos a falar de uma Indústria de uma Central Fotovoltaica, no Cabeço do Capochinho ou Folha da Lardosa que atinge uma área de 1,5 hectares, uma pequena área de um prédio de 63 hectares. Não vemos qualquer inconveniente no ponto de vista do ordenamento do território. Estes tipos de indústrias têm que ser salvaguardas as questões ambientais, nomeadamente, questões administrativas, reserva agrícola, reserva ecológica. Estes processos não andam se não forem declarados de interesse público pela Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público a Instalação de uma Central Fotovoltaica no “Lugar de Cabeço do Capochinho ou Folha da Lardosa – Alcains.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO****Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Declaração de Interesse Público. Instalação de um Parque Solar Fotovoltaico “FONTEMULA” - Castelo Branco”. (Proposta nº. 2/2021)**

Luis Alfredo Cardoso Resende (DPOUP) – Este Parque Solar Fotovoltaico é do mesmo tipo, só que com uma dimensão maior. Situa-se na zona da FONTEMULA que é a norte do aeródromo municipal.

Portanto, a situação é do mesmo tipo, temos os mesmos condicionalismos, mas vai ter que ter uma avaliação de impacto ambiental porque a sua dimensão o justifica e tem que ser salvaguardada, vai ter todos os pareceres das entidades da administração central, mas se a Assembleia não declarar interesse publico o processo morre aqui porque a Câmara e a Assembleia Municipal são soberanas neste tipo de decisão.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público a Instalação de um Parque Solar Fotovoltaico “FONTEMULA” - Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa de IMI para o ano 2022”. (Proposta nº. 3/2021)

Presidente da Câmara Municipal – A proposta do Executivo é a manutenção da taxa, no valor de 0,3%.

João José Louro Ramos (Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira) - Apesar do Grupo do PSD/CDS-PP/PMM votar a favor desta proposta, vamos apresentar à Mesa uma declaração de voto com três pontos porque achamos que, nomeadamente, no ponto nº. 1, o Município tem o poder de minorar esta taxa até ao valor de 30%.

Temos, de facto, esta proposta a fazer porque trata-se de uma diferenciação positiva que pode contribuir para o combate à desertificação existente nas freguesias rurais que toda a gente sabe que as pessoas tendem a vir para as cidades e deixar as freguesias.

Nesta perspetiva votamos a favor com esta reserva e uma declaração para entregar à Mesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

8

Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar a taxa de 0,3% de Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa de IMI para o ano 2022.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Declaração de Voto (PSD/CDS-PP/PPM)

A Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida a 29 de novembro de 2021, discutiu e votou a proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa de IMI para o ano de 2022” de acordo com o ponto 3 da Ordem de Trabalhos. O Grupo Social Democrata na Assembleia Municipal de Castelo Branco votou a favor.

Da votação favorável ressalvam-se as seguintes reservas:

1. O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis estipula que o Município pode, nas freguesias rurais, minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto;
2. O PSD entende que, apesar da manutenção da taxa mínima do imposto em 0,3%o Município deveria dispor da prerrogativa disposta no ponto anterior;
3. Trata-se de uma diferenciação positiva que se enquadra no propósito de combate à desertificação existente nas freguesias rurais do concelho de Castelo Branco.

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Imposto Municipal sobre Imóveis. Dedução Fixa por números de Dependentes”. (Proposta n.º 4/2021)

Presidente da Câmara Municipal – A Proposta é uma dedução fixa de 20 €, no caso de um dependente a cargo; 40 €, no caso de dois dependentes a cargo e 70 €, no caso de três ou mais dependentes a cargo.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Imposto Municipal sobre Imóveis com a dedução fixa por número de Dependentes: 20 €, no caso de um dependente a cargo; 40 €, no caso de dois dependentes a cargo e 70 € no caso de três ou mais dependentes a cargo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Participação Variável no IRS – Definição da Percentagem de IRS a cobrar nos rendimentos de 2022”. (Proposta n.º 5/2021)

Presidente da Câmara Municipal – A proposta de Participação Variável no IRS – Definição da Percentagem de IRS, a cobrar nos rendimentos de 2022, é de 2,5%. Esta é uma proposta que se enquadra naquilo que foram as propostas apresentadas pelo PS na campanha eleitoral e que também vai ao encontro das propostas do PSD/CDS-PP/PPM que também está aqui a subscrever esta mesma proposta.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS-PP/PPM) – O regime financeiro das entidades intermunicipais estipula que as autarquias têm direito, em cada ano, a uma participação variável do IRS dos seus municípios. Para que possa receber esse montante cada município deve decidir informar a percentagem de IRS que pretende receber. Essa parcela pode variar entre 0 a 5%, quanto menos o Município decide receber, maior é o ganho para o contribuinte que recebe a percentagem dispensada pela autarquia.

Castelo Branco faz parte de um grupo cada vez mais reduzido de municípios que não devolve qualquer importância do IRS aos seus municípios. Mas, isso hoje pode mudar. É bem sabido que o PSD defende há largos anos que a Câmara Municipal de Castelo Branco deve abdicar da parcela de participação variável de IRS, devolver parte do IRS pago pelos albicastrenses.

Os anteriores Executivos dominados por maiorias absolutas preferiram acumular essa receita em contas a prazo, ou gastá-la muitas vezes sem objetivo e interesse público ao invés, de a devolver às famílias.

Mas a nova configuração política existente em Castelo Branco, decorre das recentes eleições autárquicas que quer romper com este paradigma.

Por conseguinte, o PSD/CDS-PP/PPM, votará a favor desta proposta da devolução de 2,5% do IRS aos contribuintes albicastrenses, falamos de um montante superior a um milhão e trezentos mil euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Entendemos tratar-se de uma política importante e urgente que faz a diferença na vida de muita gente e que contribui para a competitividade e atratividade do nosso concelho à escala nacional.

Estamos a diminuir o peso dos impostos sobre os contribuintes albicastrenses.

Quem diz que esta medida é dedicada aos mais ricos, seguramente não conhece a realidade do concelho, esta devolução vai beneficiar, sobretudo, a classe baixa e a classe média e, sobretudo, impulsionar o poder de compra.

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI) - Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal Senhor Eng. Jorge Neves, começo por felicitá-lo pela sua eleição e estou certo que irá presidir a esta assembleia com equilíbrio e imparcialidade. Na sua pessoa cumprimento também os restantes elementos da mesa.

Exmo. Sr. Presidente, da Câmara Municipal de Castelo Branco, Dr. Leopoldo Rodrigues permita-me que o saúdo pela sua eleição e deseje sucesso no exercício do seu mandato, a bem do concelho e das nossas gentes.

Cumprimento as Senhoras e os Senhores Vereadores

Cumprimento as Senhoras e os Senhores membros desta Assembleia Municipal

Cumprimento a população que assiste a esta sessão, seja presencialmente ou pela transmissão em vídeo.

- Pedi a palavra para deixar um esclarecimento sobre o sentido de voto da bancada do Sempre Movimento Independente, sendo esta a primeira vez que faço uma intervenção nesta assembleia permitam-me que aproveite a ocasião para felicitar todos os eleitos e dizer-vos que é uma honra pertencer a este que é um órgão da democracia representativa e partilhar este mandato com todas e todos os que foram eleitos.

- Estou certo que, com respeito, elevação e cordialidade, poderemos debater e encontrar soluções para o futuro do nosso concelho em prol do seu desenvolvimento e do bem-estar da população.

-Será essa a postura dos membros do Sempre e estou certo que será também esta a postura das restantes forças políticas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

-Entendo que a palavra deve ser usada como um instrumento, cirúrgico, com firmeza e determinação, mas também com delicadeza e moderação.

-Assim sendo, em relação à proposta de descida da participação variável no IRS em 2,5%, passo agora a esclarecer as razões do sentido de voto da bancada do Sempre.

Os membros da bancada do Sempre Movimento Independente, irão votar em conjunto de acordo com a decisão tomada entre nós.

- O Sempre não é contra a descida de IRS.

- Por não sermos contra, iremos votar de forma a que tal medida seja aprovada e que possa ter efeito e que permita a devolução de uma parte do IRS, a uma parte dos albicastrenses já em 2023.

- Infelizmente entendemos que esta medida não irá beneficiar as camadas mais desfavorecidas da população e terá pouco impacto mesmo nas camadas da população com maiores rendimentos.

- Com este sentido de voto pretendemos ainda deixar um sinal que consideramos que existem alternativas ao uso desta verba, que poderiam porventura ser mais vantajosas para toda a população do concelho, no seu coletivo.

- O Sempre irá assim abster-se nesta votação, justamente porque isso significa também uma forma de aprovação e pretendemos desta forma, ser fiéis à nossa proposta eleitoral, onde não constava qualquer alteração.

- A nossa abstenção pretende também deixar um sinal de que concordamos sim com uma redução da carga fiscal, mas entendemos que ela devia ser decidida pelo estado central e não onerar os municípios, nem retirar capacidade de ação à gestão autárquica.

- Estamos também, convictos de que o governo central devia definir medidas de discriminação positiva para os territórios do interior com medidas fortes que possam fomentar a fixação de população, a criação de empresas e postos de trabalho e possam verdadeiramente promover o desenvolvimento do interior do país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Registamos ainda que o PS, vem aprovar uma medida há muito ambicionada pelo PSD, e que o mesmo PS sempre votou contra entre os mandatos.

Muito obrigado a todos.

João Nunes Marques Carvalhinho (PS) - É com grande satisfação e honra pessoais que regresso a esta Assembleia, que tive o privilégio de integrar entre 1990 e 2005, representando os meus concidadãos, eleito pelo **Partido Socialista**.

Satisfação acrescida, hoje, por ter a oportunidade de defender uma **proposta importante**, com reflexo direto na vida dos munícipes.

Quero saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Leopoldo Rodrigues, pela proposta que apresentou, de **devolução de 2,5% do IRS cobrado aos contribuintes albicastrenses**, dando cumprimento ao compromisso assumido com estes na campanha eleitoral.

Saúdo também o Sr. Vereador eleito pela coligação PSD/CDS/PPM por ter aprovado a proposta no executivo municipal.

As razões que fundamentam a nossa defesa desta proposta são 4:

1.ª A possibilidade de os municípios abdicarem de uma parte da receita de IRS, que lhes é consignada no Orçamento do Estado, **foi proposta por um Governo do PS** e aprovada pela Assembleia da República em 16 de novembro de 2006.

A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), proposta e aprovada pelo Partido Socialista, foi a percussora desta medida.

Todos os municípios têm direito a uma participação variável de até 5% no IRS dos seus munícipes, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida deduzida das deduções previstas na lei.

2.ª Os cidadãos contribuintes que estão sujeitos ao pagamento de IRS, de acordo com as tabelas em vigor em 2021, são todos aqueles cujo rendimento de salários e pensões é **igual ou superior a 686 euros mensais**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Assim, **todos os munícipes albicastrenses** que tenham um rendimento bruto anual igual ou superior a 9.604 euros, são **beneficiários da proposta** que nos é apresentada pela Câmara Municipal. **Todos eles terão uma redução fiscal de 2,5%, em sede de IRS.**

3.ª Em 2021, **152 municípios portugueses** concederam benefícios (sobre os rendimentos de 2020) aos contribuintes com domicílio fiscal nos respetivos concelhos.

Com referência ao ano corrente, há **36 municípios** que devolvem aos contribuintes a totalidade da sua participação variável, i.e. 5%.

A maioria daqueles municípios (95) abdica de 2 a 5% da receita do IRS a favor dos seus munícipes. O Município de Lisboa é um deles.

Outros municípios que também são capitais de distrito – Braga, Guarda, Portalegre, Viseu – beneficiam os seus contribuintes residentes com reduções no IRS.

4.ª A **sustentabilidade económica e financeira** da Câmara Municipal de Castelo Branco **não depende** da receita da participação no IRS.

Entre 2007 e 2020, a CMCB arrecadou 30,3 M€ com os 5% do IRS cobrado aos seus munícipes, o que corresponde a **4,97% do total de receita (609,6 M€).**

Neste período de 14 anos, a receita proveniente do IRS **cresceu 48,15%**, de 1,7 M€ em 2007 para 2,6 M€ em 2020.

Todos os anos, **os contribuintes albicastrenses entregaram mais imposto aos cofres municipais.** Em 2018, a receita com o IRS ascendeu a **6,7% do total**, muito acima da média do período.

Percebe-se a preocupação com a **perda de receita**, especialmente porque no triénio 2018/2020, a receita com o IRS foi **superior** à receita obtida nos fundos europeus.

Mas defendemos que o **investimento municipal** deve ser mais suportado nos apoios comunitários, com já foi no passado, e sabemos que esta Câmara Municipal **não desperdiçará oportunidades**, nem **regateará esforços** para o conseguir.

A **devolução de 2,5% do IRS cobrado**, é uma medida:

- **que cumpre uma proposta política e um compromisso do Partido Socialista;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- que **promove** uma redução fiscal para todos os contribuintes albicastrenses sujeitos ao pagamento de IRS, ou seja, todos aqueles cujo rendimento de salários e pensões é igual ou superior a 686 euros mensais;
- que **confere** ao Concelho de Castelo Branco melhores condições para atrair e fixar pessoas e famílias;
- que **reforça** a competitividade fiscal do município face a outros, incluindo as capitais de distrito próximas (Guarda, Portalegre, Viseu).

Por estas razões, o grupo municipal do **Partido Socialista** apoia e votará favoravelmente a proposta em discussão.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor, 18 do PS, 4 do PSD/CDS-PP/PPM, 1 do MPT, e 17 Abstenções, 15 do S-MI e 2 do CHEGA, aprovar a Participação Variável de IRS, na percentagem de 2,5%, a cobrar nos rendimentos de 2022.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Apreciação e votação da proposta de “Lei das Comunicações Eletrónicas. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%, para o ano de 2022”.
(Proposta n.º 6/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 abstenções do PSD/CDS-PP/PPM e 36 votos a favor, 18 do PS, 15 do S-MI, 2 do CHEGA e 1 do MPT, aprovar a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%, para o ano de 2022.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 – Designação de um Presidente de Junta/União de Freguesias para participar no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.



15
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal, deliberou, por escrutínio secreto, designar a Presidente da Junta de Freguesia do Salgueiro do Campo, Sandra Maria Duarte Lucas Silva para participar no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a seguinte votação:

22 votos - Proposta A (PS) – Presidente da Junta do Salgueiro do Campo, Sandra Maria Duarte Lucas Silva.

15 votos - Proposta B (S- MI) – Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras, Luís Manuel de Andrade.

2 votos brancos

1 voto nulo.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 – Designação de um Presidente de Junta/União de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, designar o Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira, João José Louro Ramos para integrar o Conselho Cinegético Municipal.

22 votos – Proposta A (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira, João José Louro Ramos.

15 votos – Proposta B (S-MI) - Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras, Luís Manuel de Andrade.

3 votos brancos.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 9 – Designação até dois representantes das freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios.

A Assembleia deliberou, por escrutínio secreto, designar os Presidentes de Junta de Freguesia de Alameda, José Afonso Antunes Custódio e de S. Vicente da Beira, João Filipe Tavares Goulão para integrar a Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios.

22 votos – Proposta A (PS) - Presidentes de Junta de Freguesia de Alameda, José Afonso Antunes Custódio e de S. Vicente da Beira, João Filipe Tavares Goulão;

15 votos – Proposta B (S-MI) – Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de Lourical do Campo, Pedro João Martins Serra.

2 votos brancos

1 voto -nulo

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 10 – Designação de um representante das Juntas/Uniãos de Freguesias para integrar a Comissão de Proteção Civil.

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, designar a Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas, Celeste Nunes Rodrigues para integrar a Comissão de Proteção Civil.

23 votos – Proposta A (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas, Celeste Nunes Rodrigues

15 votos – Proposta B (S-MI) – Presidente da Junta de Freguesia de Tinalhas, José Carlos Ramos Dé.

2 votos brancos

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 11 – Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Beira Baixa.

A Assembleia Municipal, elegeu por escrutínio secreto e aplicação do método de Hondt, os seguintes membros:

- Jorge Manuel Vieira Neves (PS);
- Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI);
- Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS-PP/PPM);
- Maria José Sobreira Rafael (S-MI)

Suplente:

- Ernesto Candeias Martins (MPT).
- Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)
- Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI)
- Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI)

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 12 – Designação de um membro de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal para integrar a composição do Conselho Municipal de Juventude.

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, designar para integrar a composição do Conselho Municipal de Juventude, os seguintes membros:

- Daniel António Guerreiro Almeida (PS)
- Maria José Sobreira Rafael (S-MI)
- Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS-PP/PPM)
- Maria da Conceição Martins Pereira (CHEGA)

18

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- André Monteiro Pires (MPT)

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 13 – Designação de um Presidente de Junta/União de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal, em representação das Juntas/Uniões de Freguesias para integrar o Conselho Municipal de Educação.

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, designar o Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Dias dos Santos Pires, para integrar o Conselho Municipal de Educação.

23 votos - Proposta A (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Dias dos Santos Pires.

15 votos – Proposta B (S-MI) – Presidente da União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, Severino Miguel da Conceição Vaz.

2 votos brancos

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 14 - Designação de quatro elementos para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco.

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, designar para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco, os seguintes elementos: Ana Sofia Santos Ramos Pereira, Joaquim Manuel Antunes Faustino, Manuel Jerónimo Marques e Milena Cristina da Silva Marques, com a seguinte votação:

21 votos – Proposta A (PS) - Ana Sofia Santos Ramos Pereira, Joaquim Manuel Antunes Faustino, Manuel Jerónimo Marques e Milena Cristina da Silva Marques.



19

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

15 votos - Proposta B (S-MI) – Ana Cristina Marques Lourenço, Armando Lopes Ramalho, Maria do Carmo Almeida Nunes, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida Fernandes.

4 votos brancos.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 15 – Indicação, por parte da Assembleia Municipal, de um elemento para integrar a Comissão Consultiva para Acompanhamento da Revisão do PDM de Castelo Branco.

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, designar o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves para integrar a **Comissão Consultiva para Acompanhamento da Revisão do PDM de Castelo Branco**, com a seguinte votação:

22 votos - Proposta A (PS) - Jorge Manuel Vieira Neves

15 votos – Proposta do (S-MI) – Armando Lopes Carvalho

3 votos brancos

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 15.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 16 - Criação de uma Comissão para revisão/alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Castelo Branco.

A Assembleia Municipal de Castelo Branco designou os seguintes membros para a Comissão de revisão/alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Castelo Branco: Jorge Manuel Vieira Neves, Carlos Simão Martins Míngacho, Celeste Nunes Rodrigues, Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria do Carmo Almeida Nunes, Carlos Manuel Freire Antunes, João Filipe Dias Ribeiro e Ernesto Candeias Martins.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

16.1 – Suspensão do Anexo I do atual Regimento (Distribuição do tempo de intervenção no “Período antes da Ordem do dia)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, suspender o Anexo I, do atual Regimento ((Distribuição do tempo de intervenção no “Período antes da Ordem do dia).

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 17.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

16.2 – Proposta de formato provisório do Anexo 1 (Distribuição do tempo de intervenção no “Período antes da Ordem do dia).

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, aprovar o Anexo 1 (Distribuição do tempo de intervenção no “Período antes da Ordem do dia), com a seguinte votação:

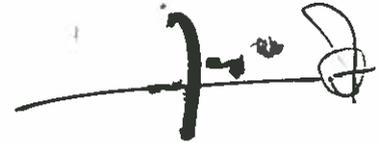
24 votos - Proposta A (PS)

16 votos – Proposta B (S-MI)

Ponto 17 – Intervenções

17.1 Representante dos Agrupamentos

Ernesto Candeias Martins (MPT) - O Movimento Partido da Terra (MPT) - Movimento Castelo Branco Merece Mais deseja em primeiro lugar ao Senhor Presidente da Câmara e aos respetivos vereadores eleitos no último ato eleitoral, o desejando-lhe as melhores felicitações na sua governação que esperamos que seja no âmbito da democracia aberta aos cidadãos de uma grande proximidade aos reais problemas das pessoas, famílias e de todos os que vivem neste concelho de Castelo Branco. Faço igual cumprimento a todos os deputados municipais e presidentes de junta eleitos, pelo veredicto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

popular, desejando-lhes um bom mandato em prole da resolução das necessidades prementes e de forma sustentável das populações deste concelho.

Ao longo da sua campanha eleitoral o este movimento alertou e debateu os graves problemas do concelho em matéria de despovoamento e interioridade, desafio demográfico, transição de energia e promoção das energias renováveis/alternativas, da gestão dos recursos hídricos e da água e dos resíduos, de um plano de desenvolvimento para a Serra da Gardunha, das questões sociais e de inclusão social, do desemprego e da falta de qualificação profissional, implementação de benefícios fiscais (devolução do IRS aos contribuintes até 5%; ajudas às pequenas empresas e comércio local na fase pós pandemia; redução de impostos indiretos), o plano de planeamento e ordenamento sustentável, com destaque para o âmbito urbanismo/habitacional, para a defesa do ambiente e da floresta, dos transportes e acessibilidades, da inclusão social de famílias mais vulneráveis, para as ajudas ao empreendedorismo e ao investimento em áreas primordiais de desenvolvimento, da falta de um Plano Estratégico Educativo Municipal e Plano para a Cultura e do Património no concelho, para o desenvolvimento do turismo sustentável (rural e ecoturismo) e transição, isto é, questões e necessidades que são motores essenciais de ação para projetar o concelho ao nível regional, nacional e internacional e que o executivo camarário possa ter em conta na sua governação, a qual desejamos que seja aberta a todos os cidadãos.

A governação municipal, na vertente da municipalização, centraliza-se na ideia de um concelho mais sustentável e mais justa à vida das pessoas/famílias e dos cidadãos que, apesar das condições adversas requer uma integração e participação ativa no rumo dos seus destinos e da gestão municipal. Em democracia participativa a cidadania constitui um elemento fundamental nas liberdades individuais e dos direitos democráticos. Na política municipal enfrentamo-nos hoje necessidades e problemas que têm uma proximidade com a vida real das pessoas e dos cidadãos, o que deve constituir uma preocupação de política municipal e do executivo camarário. Este órgão municipal, com as suas competências deliberativas, deve ser um espaço de debate e de reflexão de ideias e projetos sobre as estratégias e na adoção de procedimentos às melhores deliberações e à forma de as executar. O debate crítico, dialógico e participativo nesta Assembleia deve conduzir-nos a uma reflexão sobre o sentido da política pública municipal, nas relações de poder (órgãos), nas ações e intenções do executivo camarário, sabendo que a política deve estar ao serviço do desenvolvimento local e na construção de uma cidadania para a municipalização do concelho e daí a transparência e a eficiência nas ações tomadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente da Câmara Municipal em democracia exige-se que todos sejamos capazes de compreender e aceitar os que pensam diferente e apresentem enfoques ou perspetivas diferenciadoras, mas é igualmente necessário construir pontes para com transparência na gestão, nas decisões executivas e na atuação municipal, numa permanente interação com as Pessoas e/ou os cidadãos. Por isso, estaremos dispostos em colaborar ou cooperar naquelas medidas e projetos que sejam essenciais ao desenvolvimento sustentável do concelho, mas não conte connosco naquelas que não sejam prioritárias, nem eticamente ou que obedeçam a influência de sectores ou grupos. A nossa visão integral das tendências futuras, no âmbito do desenvolvimento do concelho e da cidade, obriga-nos na prática ao envolvimento dos sectores económico-empresariais, sociais, culturais, educativos e de inovação, exigem do executivo impulsionar o crescimento baseado no compromisso social, na igualdade de oportunidades e na resposta eficaz às problemáticas existentes, proporcionando um desenvolvimento sustentável, integrador e inteligente na capacidade competitiva, dando importância a determinados sectores que gerem empregabilidade, de fixação de novas famílias ou cidadãos, melhorias/apoios e regalias fiscais para as empresas e comércio, reforço da administração municipal com a cidadania, as empresas e as juntas de freguesia, numa descentralização de serviços, na criação de estruturas adequadas e de uma otimização das novas tecnologias, numa transparência total na gestão executiva.

Estaremos disponíveis a contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho, a bem das Pessoas e dos Cidadãos, pois Castelo Branco Merece Mais de todos nós, numa plena dedicação e empenho transparente das nossas ações e da governação municipal.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Faço este cumprimento só agora, nesta intervenção propositadamente porque na minha opinião faço questão de o frisar, esta intervenção devia ter sido feita na primeira Sessão de Assembleia. Não quero saber de quem é a responsabilidade, mas tínhamos esta sala cheia e agora tirando os elementos da Assembleia, temos meia dúzia de pessoas. Se calhar também pela hora que é uma hora laboral, se fosse numa hora pós-laboral tínhamos aqui mais gente, esperamos que em casa as pessoas estejam a assistir aos trabalhos.

Dito isto, é com algum agrado que o CHEGA chega à Assembleia Municipal e também é com algum agrado, direi mesmo como muito agrado que vejo que a extrema esquerda não está aqui presente. O único país da Europa desenvolvido continua a ter uma extrema esquerda que contribuiu para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

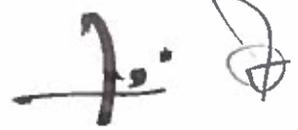
empobrecimento e continua a contribuir para o empobrecimento de toda a população, aliás a extrema esquerda vive dos pobres, quantos mais pobres houver, mais gente há-de votar na extrema esquerda.

Também fico algo expectante com a nova composição da Câmara Municipal. Como vimos aqui na Assembleia muitos anos de maioria absoluta gera muitas dúvidas, não estamos habituados a que haja este debate, é saudável, mas quando há muitas maiorias absolutas e durante muito tempo a democracia fica um pouco esquecida, digamos que olhar para isto e ver isto como um problema. Estamos à beira de termos provavelmente outra maioria absoluta à nível nacional.

Também fiquei um pouco intrigado, mas penso que vai ser o reflexo o que está a acontecer no país como é que vemos, desculpem a expressão, o PSD unido com o PS, um partido que se diz de direita, apoia um partido de esquerda. Sou novo na política e que realmente começo a não perceber nada, mas se calhar com o tempo há-de se perceber. Iria dizer isto inicialmente, acho que se está a perceber que o Sempre-MI não será um partido do PS dois, que penso que ficou bem claro que isto está a acontecer.

Gostava de lembrar às pessoas aqui presentes que algum tempo atrás, naquela praça o nosso Primeiro Ministro de Portugal, Dr. António Costa disse que este projeto em Castelo Branco começou com o Comendador Joaquim Morão, não é um projeto do Luís e eu acrescentaria do Leopoldo, é um projeto do PS e esse projeto do PS, nasci em 1987, é um projeto que apesar de tantos Fundos Europeus, tanto que nós temos e o que é que fizemos? Tornamos as pessoas subsídio-dependentes e cada vez mais empobrecidas. Preocupamo-nos sempre, como é que vamos dar mais subsídios, como vamos dar mais apoio. Não é isso que precisamos. Nós precisamos de pôr dinheiro na bolsa das pessoas. E como é que pomos o dinheiro? Não é com subsídios. Não é dar peixe. É ensinar a pescar. É colocar as pessoas a ganhar dinheiro.

Hoje estávamos aqui a discutir uma redução no IRS, alguém dizia que afeta todas as pessoas que ganham mais de 685€. É mentira, desculpem-me a expressão, as pessoas têm deduções, parte das pessoas em Castelo Branco não paga IRS porque não ganha para isso. Parece que estamos aqui a brincar com as pessoas. Castelo Branco é conhecido em todo o país, como a capital do emprego precário. Isto não pode ser assim. É isto que queremos para os nossos jovens? É o que queremos para os nossos filhos? Penso que é uma reflexão que devemos fazer. É fazer diferente. A Democracia é muito bonita, mas acho que é extremamente cara pelo retorno que tem. Esse é o problema, temos que pensar nisto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Voltando ao projeto do PS de empobrecimento, de compadrio, tenho uma proposta a fazer. Se dizem que é diferente, não é assim, é simples, explicar que em Castelo Branco não há compadrios por que às vezes ouve-se por aí um zum zum, fazer uma auditoria às contas dos últimos vinte anos e descobrimos se houve problemas ou não. Se houve problemas quem é que fez mal, quem é que fez bem, acho que é claro para todos. Na minha opinião devia ser lei, acaba-se o mandato, uma auditoria externa às contas. É bom para todos. Primeiro, quando entramos para o cargo já sabemos que vai se auditado, inibe logo a situação de cometer alguma ilegalidade, um cuidado extremo. Hoje tivemos aqui uma situação que estávamos na dúvida, o que é que fizemos? Avançamos. Estávamos à beira do precipício, demos o passo em frente, às vezes é preciso parar para não irmos contra à lei. Não sei se é o caso de muita gente que está aqui, quem tem empresas, uma ilegalidade significa o desemprego de muita gente, pomos em risco as pessoas que dependem de nós para viver. Aqui é igual. Porque é que perante um problema, avançamos. Não é assim, temos que chamar pessoas competentes. É também uma proposta, ter um jurista aqui na Assembleia Municipal que não faça parte da Assembleia. Isto não é o vale tudo. Há regras a cumprir.

Seguindo em frente o CHEGA está aqui com uma postura construtiva, uma postura que é enriquecer a população de Castelo Branco. Esta é a nossa preocupação. Aquilo que não quero ouvir os jovens de Castelo Branco, “porque estamos nesta situação temos que emigrar porque vamos ganhar mais”. Não. Quero ouvir os jovens dizer “até ganho menos em Castelo Branco, mas quero contribuir para no futuro se ganhe mais dinheiro em Castelo Branco. É isto que quero ouvir hoje. E daqui a dez anos, também não vamos ser hipócritas, quero ouvir os jovens dizer “moro em Castelo Branco porque ganho mais”. E se olharmos para o lado, e posso dizer porque é um concelho governado pelo PS, em Proença a Nova temos um caso, muitos jovens têm emprego qualificado e em maioria e conseguem ganhar um salário mais digno que em Castelo Branco. Nós em Castelo Branco o que é que oferecemos? Call Center, Call Center, Call Center... a licenciados. Temos tantos licenciados e o que fazemos? Pomo-los a atender os telefones. Sem desprimor por quem faz esse trabalho, mas é um trabalho muito mal remunerado. Porque é que estas empresas estão em Castelo Branco? Porque pagam salários mais baixos do que em Lisboa. É bonito, matamos a fome às pessoas e ponto final, não fazemos mais nada.

O CHEGA está aqui para ajudar a enriquecer as pessoas de Castelo Branco, a população de Castelo Branco. É isso que queremos. Temos que ser ricos e não ajudar os pobres. É fazer dos pobres ricos, isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

é que nós precisamos. O problema de Castelo Branco não é haver ricos, é haver muitos pobres e nós não os pomos ricos.

Obrigada pela vossa atenção, o CHEGA está aqui com uma postura construtiva.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS-PP/PPM) - Em meu nome e dos eleitos pela coligação PSD/CDS/PPM, agradeço a todos os eleitores que depositaram a sua confiança em nós. Obrigado.

Respeitamos a decisão que os albicastrenses expressaram nas urnas e com responsabilidade estamos disponíveis para garantir estabilidade em Castelo Branco, contribuindo para uma verdadeira estratégia de desenvolvimento.

Castelo Branco precisa de mais natalidade, de políticas sérias de apoio as famílias, de emprego qualificado e de uma agenda para a coesão social e territorial com a transparência que os albicastrenses merecem.

Tal como no passado, também hoje, o nosso compromisso é com os Albicastrenses. Estamos a trabalhar para garantir a concretização de medidas que consideramos estruturantes para o nosso concelho, e que sinalizamos no programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP/PPM.

A devolução do IRS,

A criação de empego qualificado,

As refeições gratuitas no pré-escolar e 1º. ciclo,

As creches gratuitas,

Os transportes públicos acessíveis e de qualidade,

São concretizações importantes para tornar Castelo Branco num concelho atrativo, amigo das famílias e com qualidade de vida, onde as pessoas se sintam bem,

Queremos construir um concelho onde se possa nascer, crescer e ser feliz,

Um concelho para estudar, trabalhar e para envelhecer com qualidade,

Uma terra de oportunidades onde cada um possa concretizar os seus sonhos.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (SEMPRE – Movimento Independente) - É com enorme honra que como membro do grupo municipal do Sempre – Movimento Independente uso da palavra pela primeira vez nesta Assembleia Municipal. Faço-o hoje, porque, como todos sabem não o pude fazer na primeira reunião que se seguiu à instalação dos órgãos autárquicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Costuma dizer-se que não há uma segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão. De facto, nós, o Sempre – Movimento Independente, não tivemos essa oportunidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve-a. Penso que não a aproveitou da melhor forma. Escudando-se numa Ordem de Trabalhos inexistente, e referindo que há quatro anos atrás tinha sido uma exceção as diferentes forças políticas usarem da palavra, quando na verdade, e se o foi, também o foi há oito anos, impediu que o Sempre – Movimento Independente usasse da palavra, bem como outras forças políticas. Impediu assim, que cumprimentássemos os eleitos e que manifestássemos o desejo dos os melhores sucessos ao funcionamento deste órgão autárquico.

Por esse motivo, faço-o hoje. Saúdo todos os membros municipais a quem desejo as maiores felicidades no exercício desta importante função. Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal manifesto, muito sinceramente, os maiores sucessos na presidência do executivo municipal a bem do concelho de Castelo Branco e de todos os albicastrenses que aqui representamos.

Castelo Branco fez um percurso notável. Os serviços da Câmara Municipal, os SMAS, os serviços das empresas municipais e de outras entidades da esfera de atuação da administração local atingiram um patamar de funcionamento eficiente e eficaz.

Existem projetos aprovados e obras em execução que em breve contribuirão, como tantos outros, para o desenvolvimento económico e cultural e para a melhoria da qualidade de vida dos albicastrenses.

A Câmara Municipal goza de reconhecida saúde financeira.

Assim, estão reunidas as necessárias condições para que este mandato venha a ser caracterizado pelo aproveitamento eficaz das mesmas assim como das oportunidades financeiras que acompanham o quadriénio 2022-2025 no âmbito dos fundos europeus do Plano de Recuperação e Resiliência. Será, pois, expectável obrigatório, diria, que o concelho de Castelo Branco mantenha a trajetória de crescimento e progresso a que nos habituámos.

No contexto de aplicação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, consideramos que os meios financeiros que aí vêm são para ser usados com rigor, eficácia e transparência. Assumiremos aqui, nesta Assembleia, e perante todos, o papel de acompanhamento e fiscalização, como nos compete legalmente.

O Partido Socialista não obteve a maioria absoluta dos votos. De qualquer forma, não deixa de ter toda a legitimidade para governar Castelo Branco e fazê-lo mediante os acordos que entender



27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

celebrar. É muito provável que as opções do Partido Socialista nos surpreendam e as achemos contraditórias com a realidade político-partidária a nível nacional. Esperamos, a bem de Castelo Branco, que a situação a nível nacional não venha a contaminar a governação local.

A nós importa, efetivamente, e reafirmando mais uma vez a legitimidade do Partido Socialista para governar, reclamar que eventuais acordos celebrados com outras forças políticas sejam tornados públicos, por razões de transparência, designadamente quanto ao programa que pretendem desenvolver em resultado da síntese das propostas eleitorais que apresentaram e que agora parecem fundir-se entre duas diferentes forças políticas.

Os desafios e projetos divulgados na campanha eleitoral, sem fundamento e irrealizáveis, aos que se atribuí a expressão “castelos no ar” foram certamente usados para conquistar votos, mas serão fortemente acompanhados por esta Assembleia e devidamente discutida a sua viabilização com visão pragmática e objetiva.

Referindo dois exemplos recentes, a visão do atual executivo camarário parece-nos a afastar-se da conceção ideológica do Partido Socialista e do governo central. Se a Participação Variável no IRS para o rendimento de 2022, com a deliberação de a CMCB prescindir de 2,5% da receita de IRS, devolvendo, segundo o executivo, cerca de 1 600 mil euros aos que têm maiores rendimentos, poderia ser substituída por um empreendimento de melhoria da qualidade de vida dos albicastrenses e atração de atividade económica. Já a putativa construção de novas barragens terá de ser muito bem justificada e fundamentada, sob pena de ir contra a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 a que o atual governo tem dado tanta importância. Também o receio de utilização da água de Santa Águeda para outros fins, promotores do desenvolvimento económico local, é uma visão desprovida de conhecimento científico e de estudo que é necessário aprofundar.

A criação do Sempre - Movimento Independente é subjacente a uma ideia coletiva de que a participação dos cidadãos na vida política não se esgota nem se pode esgotar nos partidos políticos. A presença de candidaturas às eleições autárquicas com origem em grupos de cidadãos deve ser vista como um contributo para a revitalização da nossa democracia e são muitos os exemplos pelo país, onde os eleitores decidiram, e até maioritariamente, por opções fora dos partidos. Pelos resultados obtidos pelo Sempre-Movimento Independente, que efetivamente não se afastam significativamente dos resultados da força política que ganhou as eleições, não será certamente ignorada a nossa representatividade, o mérito das nossas propostas, que a seu tempo recordaremos nesta assembleia.



28

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Como oposição, lutaremos pelos ideais e pelas propostas que nos congregaram na candidatura do Sempre – Movimento Independente na Câmara Municipal bem como na Assembleia Municipal. Assumimos esse compromisso com sentido de honra, dignidade e respeito democrático.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) - Em nome da Bancada do Partido Socialista permitam-me em primeiro saudar o Senhor Presidente da Câmara, Leopoldo Rodrigues, bem como, todos os Vereadores que constituem o executivo camarário. Os votos de um profícuo mandato em prol dos nossos munícipes.

Saúdo também todos os eleitos para esta Assembleia, na pessoa do seu Presidente, com os votos de um excelente mandato em representação da população do nosso concelho.

A Assembleia Municipal de Castelo Branco, órgão representativo do Município de Castelo Branco dotado de poderes deliberativos, visa a promoção e salvaguarda dos interesses próprios dos munícipes.

Vivemos tempos em que enfrentamos antigos e novos desafios.

Viver no interior não significa um obrigatório conformismo, ditado pelas adversidades resultantes dessa condição, do afastamento do litoral e dos grandes centros de decisão.

Como diz o ditado “a necessidade aguça o engenho”, só enfrentando com ousadia as adversidades podemos ultrapassar as dificuldades e ambicionar um futuro melhor.

Ora, as adversidades só podem ser superadas através de uma estratégia que integre e reconheça a necessária interdependência entre as diversas áreas vitais ao desenvolvimento económico e social.

Uma estratégia que tenha em conta a necessidade de criar e manter infraestruturas e condições que constituam verdadeira mais-valia para o concelho, para os cidadãos e para as empresas.

Vivemos num tempo marcado por uma pandemia que persiste, que alterou hábitos sociais e que criou também novas necessidades.

O desafio demográfico e o concomitante envelhecimento da população, demandam a manutenção e a atração de pessoas e empresas, reclamam uma atenção permanente, a implementação de medidas integradas e inovadoras, em diversas áreas desde quanto à habitação, ao emprego qualificado para os nossos jovens, medidas fiscais entre muitas outras, que confirmam um novo impulso ao nosso concelho.

A valorização do território, a promoção das regiões de fronteira é essencial para enfrentar os desafios demográfico e económico, apostando na sua centralidade no contexto do mercado ibérico.



29

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Fundamentais são também as preocupações referentes às alterações climáticas e em especial quanto a este circunspecto a defesa dos recursos hídricos.

Como se refere na canção Saudades da Beira de Arlindo de Carvalho:

“Eu nasci na beira, sou homem pequeno sou como o granito bem rijo e moreno!

Meu bem quem me dera, lá nos altos montes

andar ao sol todo o dia

Aí, andar ao sol todo o dia

Beber água fresca lá pelas fontes

Cantar como a cotovia

Aí, andar ao sol todo o dia. (...)”

Aliando o passado e o presente podemos perspetivar o futuro, elo em que a defesa do património cultural tem um papel fundamental, do qual faz parte indubitavelmente a nossa zona histórica.

O Concelho de Castelo Branco, tem conhecido ao longo das últimas décadas os contributos decisivos do Partido Socialista na defesa e no desenvolvimento da nossa região.

Defesa esta que tem de ser contínua, novos caminhos devem ser traçados para responder a novos desafios.

As pessoas, todas as pessoas são e devem ser o alfa e o ómega de toda a ação política.

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, albicastrenses, contem com agrupamento do Partido Socialista nesta Assembleia, estaremos atentos e contribuiremos no âmbito das competências desta Assembleia para a resposta aos desafios em prol de todos os munícipes do nosso concelho, na continua e sã ambição de querer fazer mais e melhor pelas nossas gentes.

Presidente da Câmara Municipal – Permitam-me que nesta fase de saudações tenha uma palavra para dois históricos da nossa democracia e da democracia albicastrense que sessão atrás de sessão da Assembleia Municipal fazem questão de marcar presença. Refiro-me ao Senhores Carlos Vale e Luís Barroso. E quero-lhes dizer que é importante a vossa presença porque também são uma parte da democracia portuguesa e da democracia albicastrense que infelizmente neste mandato não estão representados na Assembleia Municipal. Acredito que continuarão a cumprir o vosso dever cívico, o vosso dever de presença e também o vosso dever de fazer as vossas propostas e as vossas ideias.

Minhas Senhoras e meus Senhores, hoje cumpriu-se a democracia.



30

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foram apresentadas propostas, foram votadas e respeita-se aquilo que é a legitimidade deste órgão eleito, um órgão importante.

Hoje, cumpriu-se a Democracia, foram apresentadas propostas, foram votadas e respeita-se aquilo que é a legitimidade deste órgão eleito, um órgão importante de fiscalização, de acompanhamento e porque não dizê-lo, de melhoria daquilo que é a atividade do Executivo na Câmara Municipal.

Não há dúvida nenhuma e já aqui foi dito que o PS ganhou as eleições no dia vinte e seis de setembro.

Acreditamos que por um lado, pelo reconhecimento que os albicastrenses fazem do trabalho desenvolvido pelo PS ao longo dos vinte e quatro anos, mas também acredito pelas propostas que o PS apresentou aos eleitores.

São propostas pensadas para o concelho, para as pessoas e para o seu desenvolvimento, é muito estranho que passado ainda não dois meses, desde que o Executivo começou a exercer as suas funções, haja tanta fã, dizer que será impossível realizarmos estas propostas e que são uma espécie qualquer de devaneio.

Apresentamos propostas convictos de que servem os albicastrenses e os seus interesses.

Foi o programa eleitoral do PS e as propostas apresentadas pelo PS que os eleitores sufragaram em maioria e é para dar cumprimento a essas propostas que aqui estamos. E aqui estamos para contar com aqueles que quiserem estar ao lado do PS.

De facto, encontramos aqui representada na Assembleia Municipal uma força política que ao longo da campanha eleitoral apresentou propostas em muitos casos coincidentes com as propostas do PS e é normal que se encontrando essa força política disponível para em conjunto levar por diante essas propostas, o possamos fazer em prol dos albicastrenses e do seu desenvolvimento. E isto, caras e caros amigos é a democracia, é fazer entendimentos, no sentido, de levar por diante propostas que foram votadas e que temos a responsabilidade de implementar. Implementá-la-emos ao longo de quatro anos contando com todas e com todos os albicastrenses. É assim que encaramos a vida política e é assim que encaramos a vida pública, contar com todos porque todos são importantes, independentemente de terem ou não assento nesta Assembleia Municipal.



31

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foram aqui referidas, hoje, e nunca será de mais alguns dos aspetos em que baseamos as nossas propostas, devolução do IRS. Sim, assumimos aqui claramente a devolução do IRS e temos o compromisso de até ao final deste mês devolvermos aos albicastrenses 4% daquilo que descontamos. E com esta proposta, ao contrário daquilo que querem parecer, não estamos a prejudicar ninguém, estamos simplesmente a devolver uma parte àqueles que previamente o descontaram. E não me venham aqui dizer, ou não aceito de ânimo leve que digam que esta é uma medida que prejudica os albicastrenses.

Ao longo dos últimos dez anos perdemos três mil oitocentas e trinta e quatro pessoas.

Ao longo dos últimos dez anos perdemos jovens, mas também perdemos pessoas com mais idade.

Ao longo dos últimos dez anos não tivemos a capacidade para inverter esta tendência que é uma tendência do interior, mas também do país, mas com a qual, não nos conformamos.

E a devolução do IRS é precisamente uma das propostas que estamos a implementar para fixar e atrair população, sobretudo, para fixar e atrair população jovem que tanta falta faz ao nosso desenvolvimento de Castelo Branco. Mas, não ficaremos por aqui, iremos dar sequência às nossas propostas, no âmbito, da gratuidade das creches, iremos dar sequência à nossa proposta, no âmbito, também da preocupação que encaramos de frente e que pretendemos concretizar.

Pretendemos levar por diante a Barragem do Barbaído e discutiremos aqui claramente, olhos nos olhos, e apresentamos factos daquilo que se passa, relativamente, ao regadio do Sul da Gardunha e vamos colocar os albicastrenses a discutir este assunto, coisa que infelizmente até ao dia de hoje não foi feito. Não temos medo. Não temos medo de discutir, não temos medo de debater e não temos medo de convocar os albicastrenses a decidir.

Foi assim que nos apresentamos nas eleições, é assim que estamos no exercício da governação da Câmara Municipal e é assim que estaremos ao longo destes quatro anos. Discutir, apresentar propostas e tornar claros os processos de governação tão importantes para os albicastrenses, sendo que um dos mais importantes, as alterações climáticas e os efeitos que se fazem sentir é precisamente a questão da água. Irei pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a marcação de uma Sessão de Assembleia Municipal, extraordinária, para discutir precisamente a questão da água, a questão da água da Barragem de Sta. Águeda e aquilo que os albicastrenses entendem fazer acerca deste assunto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Caras e caros Membros desta Assembleia Municipal, desejo a todos um belíssimo mandato, cá estaremos para vos ouvir, debater convosco e cá estaremos para aceitar as vossas propostas para o desenvolvimento de Castelo Branco.

Viva Castelo Branco!

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram doze horas e dez minuto, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,